

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Controladoria Geral do Estado - CGE

Portaria nº 176 de 19 de julho de 2024

Dispõe sobre o acesso dos servidores da Controladoria-Geral do Estado aos dados, instrumentos e sistemas de informações compartilhadas de Auditoria, Fiscalização e Avaliação de Gestão.

O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 11, inciso XXVI do Decreto n.º 23.277, de 16 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO o disposto no art. 19, § 4º da Lei Complementar n.º 758, de 02 de janeiro de 2014;

CONSIDERANDO o exercício das atividades compatíveis com as funções do Sistema de Controle Interno e a estrutura organizacional da CGE, de acordo com a sua finalidade e características técnicas, no que se refere ao acesso ao sistema de informações compartilhadas de Auditoria, Fiscalização e Avaliação de Gestão;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estabelecer os procedimentos e critérios para concessão de acesso dos servidores da Controladoria-Geral do Estado aos dados, instrumentos e sistemas de informações compartilhadas de Auditoria, Fiscalização e Avaliação de Gestão.

Art. 2º Fica estabelecido que os servidores autorizados da CGE terão acesso amplo aos sistemas compartilhados, com a finalidade de garantir a plena execução e desempenho das atribuições legais e regimentais previstas na Lei Complementar n.º 758, de 02 de janeiro de 2014 e no Decreto n.º 23.277, de 16 de outubro de 2018

CAPÍTULO II

DO ACESSO AOS SISTEMAS COMPARTILHADOS

Art. 3º O acesso dos servidores aos sistemas compartilhados será concedido mediante solicitação formal do requerente, com a concordância do Diretor imediato, e encaminhado ao Diretor-Executivo, conforme Anexo Único desta portaria, que deverá autorizar e registrar o acesso dos usuários de acordo com as normas internas de segurança da informação.

§ 1º Compete ao Diretor-Executivo analisar o requerimento do servidor.

§ 2º O acesso aos sistemas compartilhados será concedido diretamente ao requerente, não sendo permitido, a qualquer título, ceder a terceiros o direito de utilizá-lo, bem como utilizar os dados e as

informações obtidas, fora da finalidade para a qual foi concedida.

§ 3º A concessão não pressupõe acesso indiscriminado ao sistema, devendo estar relacionado com os trabalhos formalmente designados ao servidor.

Art. 4º A concessão dar-se-á por critérios objetivos e cumulativos:

I - a natureza do cargo;

II - a atividade-fim; e

III - a função exercida pelo requerente.

Art. 5º O acesso aos sistemas compartilhados será concedido aos seguintes servidores da CGE:

I - Controlador-Geral do Estado;

II - Controlador-Geral Adjunto;

III - Diretor-Executivo;

IV - Diretores;

V - Auditores de Controle Interno;

VI - Servidores efetivos enquanto lotados na CGE.

§ 1º Os servidores mencionados nos incisos I ao IV detêm automaticamente permissão de acesso aos sistemas compartilhados em razão da natureza de cargos de direção, de suas funções precípuas ou posições estratégicas na governança da Controladoria, devendo formalizar o termo de responsabilidade, confidencialidade e sigilo, encaminhando-o ao Diretor-Executivo.

§ 2º Os Auditores de Controle Interno terão acesso aos sistemas compartilhados quando no desempenho das finalidades institucionais.

§ 3º Os servidores mencionados no inciso VI terão acesso por tempo limitado, em razão de atividades específicas designadas, admitidas prorrogações necessárias, mediante novo requerimento.

§ 4º Na hipótese de concessão por tempo limitado, o servidor deverá justificar o trabalho a ser realizado, mencionando a designação e a estimativa do prazo da atividade.

Art. 6º Para a concessão do acesso, os servidores do art. 5º deverão:

I - encaminhar, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI!), solicitação formal assentido pelo Diretor imediato, junto ao termo de responsabilidade, confidencialidade e sigilo ao Diretor-Executivo da CGE, nos termos do modelo disponibilizado no Anexo Único desta portaria; e

II - no caso dos incisos V e VI do art. 5º, ser autorizados pelo Diretor-Executivo.

Art. 7º A Divisão de Gestão de Pessoas manterá o controle das movimentações funcionais dos servidores elencados no art. 5º que possuem acesso aos sistemas compartilhados, devendo informar o Diretor-Executivo imediatamente para que as devidas providências sejam tomadas.

CAPÍTULO III **DO USO DOS SISTEMAS COMPARTILHADOS**

Art. 8º Os servidores com permissão de acesso deverão observar as seguintes diretrizes no uso dos sistemas compartilhados:

I - utilizar o acesso apenas para as finalidades relacionadas às atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão;

II - manter a confidencialidade das informações acessadas, respeitando os níveis de sigilo estabelecidos; e

III - evitar a divulgação de informações a terceiros, salvo quando autorizado por disposição legal ou regulamentar.

Art. 9º O não cumprimento das diretrizes estabelecidas nesta portaria sujeitará o servidor às sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo de outras medidas legais pertinentes.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. O gerenciamento do controle de processos ou mesa de trabalho via sistema SEI! compete à Diretoria-Executiva.

Art. 11. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ABRANTES ALVES DE AQUINO
Controlador-Geral do Estado de Rondônia

ANEXO ÚNICO
MODELO DE REQUERIMENTO

NOME:	
MATRÍCULA:	
NÚMERO DO CPF:	
DATA DE NASCIMENTO:	
CARGO:	
LOTAÇÃO:	
DEMONSTRAÇÃO OU JUSTIFICATIVA:	

De acordo do Diretor imediato

TERMO DE RESPONSABILIDADE, CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Eu, usuário(a) acima qualificado, pelo presente instrumento, tendo solicitado acesso aos sistemas de informações compartilhadas de Auditoria, Fiscalização e Avaliação de Gestão, assumo o compromisso de manter a responsabilidade, a confidencialidade e o sigilo em relação às informações as quais poderei ter acesso em razão de minhas atribuições e COMPROMETO-ME a:

1. Não utilizar as informações a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros; e a não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio;

2. Estar ciente de que o uso das informações está limitado às finalidades e destinações alegadas neste Termo, e que, posso vir a ser responsabilizado civil, criminal e administrativamente, nos termos da Lei, pelos danos morais ou materiais decorrentes da utilização, reprodução ou divulgação indevida das informações;

3. Estar ciente também de que a Controladoria-Geral do Estado poderá utilizar-se de meios para monitoramento das informações que permitam verificar o cumprimento da confidencialidade;

4. Não me apropriar, em hipótese alguma, de documentação ou qualquer outro material e informação, confidencial, efetuar gravação ou cópia a que tiver acesso, para benefício próprio ou de terceiros.

Cidade e Data

Assinatura do servidor requerente



Documento assinado eletronicamente por **José Abrantes Alves de Aquino**, **Controlador-Geral**, em 19/07/2024, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0050985108** e o código CRC **DF807B44**.

Referência: Caso responda esta Portaria, indicar expressamente o Processo nº 0007.001123/2024-83

SEI nº 0050985108